

Objetivo da Auditoria

A auditoria do Tribunal de Contas da União no Balanço Geral da União (BGU) de 2016 teve o intuito de verificar se as demonstrações consolidadas da União refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial em 31/12/2016 e os resultados financeiro, patrimonial e orçamentário, atestando a confiabilidade das demonstrações contábeis do governo federal.

Balanço Geral da União de 2016

A Secretaria do Tesouro Nacional é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis da União. Conforme a Lei 4.320/1964, as demonstrações obrigatórias são os balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais. A partir do exercício de 2015, com a implantação do modelo de Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (Pcasp), foram incluídas a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

A seguir, são apresentadas as principais distorções identificadas na auditoria do BGU¹, de acordo com o reflexo no balanço.

A) Principais distorções encontradas no Balanço Patrimonial

Balanço Patrimonial

R\$ bilhões

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015	PASSIVO	31/12/2016	31/12/2015
ATIVO CIRCULANTE	1.435	1.371	PASSIVO CIRCULANTE	1.065	1.046
Caixa e Equivalentes	1.108	939	Obrigações Trab. Prev. Assist. Curto Prazo	38	43
Créditos Curto Prazo	303	407	Empréstimos e Financ. Curto Prazo	656	806
Investimentos Curto Prazo	3	3	Fornecedores e Contas a Pagar	3	15
Estoques	21	22	Provisões Curto Prazo	41	53
			Demais Obrigações Curto Prazo	327	129
ATIVO NÃO CIRCULANTE	3.238	2.986	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	5.630	4.735
Créditos Longo Prazo	2.005	1.873	Obrigações Trab. Prev. Assist. Longo Prazo	2	2
Investimentos	302	287	Empréstimos e Financ. Longo Prazo	4.008	3.299
Imobilizado	927	823	Provisões Longo Prazo	1.556	1.382
Intangível	4	3	Demais Obrigações Longo Prazo	64	52
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(2.021)	(1.424)
			Patrimônio Social/Capital Social	12	32
			Reservas	7	7
			Resultados Acumulados	(2.041)	(1.463)
TOTAL DO ATIVO	4.673	4.357	TOTAL PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.673	4.357

Fonte: Prestação de Contas do Presidente da República de 2016.

¹ Para consultar as informações detalhadas sobre as distorções identificadas no Balanço Geral da União de 2016, vide o capítulo 5 do Relatório sobre as Contas do Governo da República – Exercício de 2016 publicado pelo Tribunal de Contas da União.

1. Créditos a Receber

- Superavaliação de R\$ 131,8 bilhões referente ao registro de transferências voluntárias realizadas pela União no ativo circulante, uma vez que, conforme preceituam as normas contábeis, esses valores não satisfazem os critérios para serem reconhecidos como ativo;
- Superavaliação de R\$ 137 bilhões decorrente da existência de ativos não classificados conforme seu critério de realização, ou seja, identificou-se o registro no ativo circulante de valores que não estão disponíveis para realização imediata e nem são realizáveis em até doze meses após a data do balanço. Tais valores deveriam constar do ativo não circulante.

2. Ativo Imobilizado

- O Tribunal constatou que 87% dos imóveis destinados à reforma agrária, sob responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), não estão contabilizados no Balanço Geral da União. Além disso, foi identificada uma discrepância de mais de 1.400% entre o valor desses imóveis, registrado até 31/12/2016, e aquele estimado segundo dados de mercado. Em vista disso, verificou-se, no ativo imobilizado, uma subavaliação estimada em R\$ 227 bilhões.

Imóveis destinados à Reforma Agrária	
Total	Contabilizados no BGU
7.733	992 (13%)

3. Passivos Ocultos

- Embora constituída em junho/2016, de acordo com determinações exaradas pelo TCU e pela Advocacia-Geral da União (AGU), a provisão para riscos com ações judiciais foi baixada sob a alegação de imprecisão nos valores estimados. Dessa forma, nas demonstrações contábeis da União de 2016, não houve o reconhecimento de provisão correspondente ao montante de ações judiciais com risco de perda classificado como provável. Essa situação ocasionou uma subavaliação do passivo em valor não estimado.
- Ausência de mensuração, reconhecimento e evidenciação de provisões matemáticas relacionadas aos militares inativos e às pensões militares, o que ocasiona uma subavaliação do passivo em valor não estimado. Essa situação vem sendo apontada pelo TCU desde as Contas do Governo de 2013.

4. Passivos inexistentes

- Superavaliação de R\$ 42,2 bilhões decorrente do reconhecimento indevido de depósitos compulsórios, pois não há qualquer previsão de saída dos recursos correspondentes ou mesmo controles que identificariam os credores desses valores.

5. Patrimônio Líquido Negativo

- Em 2016, o patrimônio líquido (PL) da União permaneceu negativo, ou a descoberto, como ocorrido em 2015, em virtude de mudanças e aperfeiçoamentos nos registros contábeis efetuados pela Secretaria do Tesouro Nacional nos últimos anos. A tabela a seguir demonstra a evolução do PL da União de 2012 a 2016:

R\$ bilhões

Ano	2012	2013	2014	2015	2016
PL da União	745,31	1.163,65	118,10	(1.424,52)	(2.021,48)

B) Principais distorções encontradas no Balanço Orçamentário

- Remanejamento irregular de R\$ 40 bilhões de despesa da dívida pública, em razão do cancelamento de despesas regularmente empenhadas, liquidadas e pagas no decorrer do exercício de 2016, com o objetivo de alterar a fonte de recursos utilizada, comprometendo a representação fidedigna e a verificabilidade da informação contábil.
- Classificação orçamentária incorreta do elemento de despesa relacionado à emissão de títulos públicos destinados ao pagamento parcial do resultado financeiro das operações com reservas e derivativos cambiais (resultado negativo) do Banco Central do Brasil, no montante estimado de R\$ 95 bilhões.